

Idéia de Constituinte divide oposicionistas

Da sucursal de
BRASILIA

A tese da Assembléia Constituinte, que o PMDB quer apresentar em comitês municipais, com a participação de representantes da comunidade e líderes políticos, pode dividir o partido, principalmente diante das sugestões de "Constituinte com o João" e "Constituinte sem João". Ontem, em conversa informal, o assunto foi debatido pelos deputados Marcondes Gadelha (PB), Fernando Coelho (PE), Francisco Libardoni (SC), Otacílio Queiroz (PB) e Aloísio Bezerra (AC), na sala de liderança da Câmara.

Gadelha não escondia sua preocupação diante do risco de o partido se dividir, uma vez que os que aceitam e admitem que a Constituinte seja convocada pelo presidente Figueiredo, ou pelo "poder dominante" mencionado pelo senador Marcos Freire (PE), já estão sendo censurados pelos que falam em "Constituinte sem João" ou com um "governo provisório". Na opinião do deputado Fernando Coelho, "falar em Constituinte e não aceitar o chefe do governo, aí, seria sedição".

Segundo Marcondes Gadelha, só há duas hipóteses para tornar realidade a Constituinte: "ruptura do poder, golpe de estado vitorioso ou aprovação pelo Legislativo de emenda constitucional, de iniciativa parlamentar ou do Poder Executivo". E acentuou: "No caso brasileiro, como aceitar Constituinte independentemente do presidente Figueiredo? Só se ele renunciar ou for derrubado. Caso contrário, não se pode recusar a hipótese, que considero viável, de partir do chefe do Executivo a iniciativa de convocar eleições constituintes. A oposição tem exigências a fazer, é evidente: revogação da Lei Falcão, reformulação das leis de imprensa e de greve, na realidade, o fim das leis de exceção".

"Virá por bem ou por mal"

O vereador Sampaio Dória, do PMDB, afirmou ontem que a Constituinte "vem por bem ou por mal, independente dos interesses oficiais".

"A proposta do presidente do PMDB, que na verdade já se transformou em proposta de todos os partidos de oposição, caminha para se tornar rapidamente uma necessidade política incontornável e insubstituível", frisou Dória.

Por isso, o vereador entende que "no momento em que este quadro se tornar mais agudo e crítico, só haverá duas alternativas para superá-lo: a violenta, dentro de suas diversas modalidades com resultados sempre imprevisíveis, ou a de caráter pacífico, que já serviu ao Brasil no passado — e a muitas outras nações do mundo, no passado e no presente —, pelo caminho da Constituinte".

Nesse sentido, chama a atenção "de certos setores que precisam

Na conversa foi lembrado que não há condições de os partidos oposicionistas, notadamente o PMDB, aceitarem a tese do ministro Ibrahim Abi-Ackel e do líder Nelson Marchezan (PDS), de que o Congresso tem poderes constituintes e condições de promover uma ampla reforma da Constituição. "Juridicamente sim, mas politicamente não — disse Fernando Coelho. O Congresso renovado em 78 já não é representativo da sociedade. As camadas mais humildes, os desempregados, os subempregados, a classe trabalhadora, a classe média, representam a maioria lá fora e a minoria aqui dentro."

Aloísio Bezerra, por sua vez, acha que a oposição não pode, nem deve, defender a "Constituinte com o João" e que o PMDB precisa pregar a Constituição e a revogação das leis de exceção. "Se Figueiredo aceitar, tudo bem, se não, vai no reboque" — frisou.

MARIZ

Por outro lado, o vice-líder do PP, deputado Antônio Mariz, defendeu ontem, em Brasília, a apresentação de emenda constitucional transformando o Congresso em Assembléia Nacional Constituinte, já no segundo semestre. Ele considerou esta solução como a mais realista, "pois a situação do País é grave e uma nova Constituição não deve ser protelada".

Já o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, insiste em que "uma Constituinte que aproveitasse o atual Congresso e funcionasse paralelamente aos trabalhos do Legislativo" não seria uma "idéia desarrazoada". Ele é um dos que combatem a tese da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e acrescentou que a convocação da Constituinte em 1980 importaria na cassação de mandatos em dois anos dos atuais deputados e senadores, e de seis anos dos senadores eleitos em 1978.

compreender que a Constituinte não será apenas o instrumento legitimador de uma nova ordem política, mas, simultaneamente, o instrumento de reforma, o agente de transformações sócio-econômicas, que a maioria da Nação deseja e que, de qualquer forma, acabará se impondo, por bem ou por mal".

Já os vereadores Naylor de Oliveira, líder do prefeito na Câmara Municipal, e João Brasil Vita, ambos do PDS, não acreditam de modo algum numa Constituinte. Naylor de Oliveira, por entender que "essa proposta da oposição não passa de mais uma bandeira que tenta levantar, exclusivamente por falta de outra, já que não há mais por que falar-se em anistia, prisões e exílio no Brasil". E Vita, por achar que o País "sempre viveu e continuará vivendo em estado de sítio, com Constituição, Carta Constitucional ou Constituinte, como ensinava o professor Canuto Mendes de Almeida".